



EIXO 3: POLÍTICAS CURRICULARES, AVALIAÇÃO E TRABALHO DOCENTE NO ÂMBITO LOCAL, NACIONAL, REGIONAL E GLOBAL

CURRÍCULO EM DISPUTA E SILENCIAMENTO DOCENTE: POLÍTICAS DE REGULAÇÃO E LINGUAGEM NORMATIVA

Simone Gomes de Oliveira
(UERJ)
sgolivei@gmail.com

Resumo

Este estudo investiga, sob uma perspectiva crítica e discursiva, os processos de reconfiguração do trabalho docente nas políticas curriculares voltadas ao Ensino Médio no Brasil, com ênfase nos discursos normativos veiculados entre os anos de 2018 e 2024. Parte-se da compreensão de que as políticas curriculares orientam as práticas escolares e operam como instrumentos de produção simbólica, cujos enunciados moldam sujeitos, saberes e formas consideradas legítimas de atuação pedagógica. O corpus da pesquisa é composto por três documentos centrais: a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2018), a Lei nº 14.945 de 2024 (BRASIL, 2024a), que redefiniu os parâmetros do Ensino Médio ao reorganizar a formação geral básica e os itinerários formativos, e a Resolução CNE/CEB nº 2 de 2024 (BRASIL, 2024b), que atualizou as Diretrizes Curriculares Nacionais para essa etapa da educação básica, regulamentando a aplicação da referida lei. Esses documentos, ao instituírem marcos regulatórios para o funcionamento do Ensino Médio, operam deslocamentos significativos nas funções atribuídas à escola e à docência, centrado em termos como flexibilidade, inovação e protagonismo juvenil. Embora apresentem aparência de avanço, essas categorias são mobilizadas de forma performativa, legitimando modelos de racionalização curricular e não contribuindo, de fato, para a ampliação das condições concretas de ensino e aprendizagem. A noção de protagonismo, por exemplo, frequentemente desarticulada das condições materiais e institucionais que a tornariam possível, converte-se em retórica de responsabilização individual. A análise crítica dos documentos permite observar como as reformas propostas promovem uma racionalidade política que reorganiza as funções educativas segundo parâmetros externos, muitas vezes definidos por organismos multilaterais e interesses de mercado, esvaziando o compromisso histórico da escola com a formação crítica, plural e emancipatória. Assim, o estudo interroga os sentidos atribuídos à docência, ao conhecimento e

à própria ideia de educação, ao evidenciar os efeitos normativos e simbólicos dessas políticas sobre o cotidiano escolar. A investigação pauta-se por uma abordagem qualitativa, de caráter documental e analítico-interpretativo, centrada na análise de três documentos normativos estruturantes das políticas curriculares do Ensino Médio brasileiro entre 2018 e 2024. A seleção do corpus obedeceu ao critério de centralidade institucional na regulação nacional da etapa final da educação básica, considerando seu papel prescritivo na organização do currículo e do trabalho pedagógico nas redes de ensino. A análise foi conduzida com base nos procedimentos metodológicos da Análise Crítica do Discurso (ACD), conforme propostos por Fairclough (2001), priorizando a articulação entre os níveis textual, discursivo e sociopolítico das produções normativas. Essa perspectiva metodológica permite investigar como os sentidos sobre docência, conhecimento e currículo são construídos linguisticamente e ideologicamente, em sintonia com projetos de reestruturação da educação. Para isso, foram identificadas e interpretadas regularidades lexicais, estratégias retóricas e estruturas argumentativas presentes nos documentos, com ênfase em como enunciações recorrentes produzem efeitos, mascaram assimetrias e operam exclusões simbólicas. Além disso, buscou-se compreender como os discursos analisados refletem e reforçam racionalidades políticas mais amplas, como a performatividade, a responsabilização e a governança por resultados, que atravessam as reformas curriculares recentes (BALL, 2006). A triangulação entre o corpus documental, o aparato teórico e o contexto sociopolítico permitiu sustentar uma leitura crítica comprometida com a visibilização dos sujeitos docentes e com a denúncia dos mecanismos discursivos que os silenciam. Inspirado teoricamente na ACDE de Norman Fairclough (2003), o estudo concebe o currículo como prática discursiva e socialmente situada, implicada em relações de poder, lutas por hegemonia e processos de naturalização de significados (GRAMSCI, 2001). Nessa chave teórica, os documentos oficiais são lidos como artefatos que articulam discursos neoliberais, orientados por uma racionalidade performativa que valoriza competências, resultados e padronização em detrimento da autonomia docente e da complexidade das práticas escolares. As categorias centrais mobilizadas são analisadas com foco nos efeitos de sentido que produzem e nos silenciamentos que operam, especialmente no que se refere à experiência histórica, política e epistemológica do trabalho docente. Tais categorias, embora revestidas de um vocabulário progressista, funcionam como dispositivos regulatórios que estabilizam significados e ocultam conflitos inerentes à prática pedagógica. O uso reiterado de termos como “inovação” e “equidade” reforça a aparência de modernização e justiça social, mas tende a esvaziar sua potência transformadora ao dissociá-los das lutas sociais e das condições estruturais que condicionam o trabalho educativo. A análise revela como essas noções operam

uma reconfiguração discursiva do papel docente, deslocando a ênfase da formação crítica para uma atuação tecnicista e funcionalizada, voltada à adaptação de conteúdos a parâmetros externos e ao cumprimento de metas performáticas. Ao promover a centralidade das competências técnico-performativas, as políticas curriculares recentes instauram novas hierarquias de saber, desvalorizando conhecimentos pedagógicos, culturais e territorialmente situados, historicamente constituídos pela profissão docente. Como efeito, observa-se uma reestruturação silenciosa das prioridades curriculares, que desloca os saberes docentes para as margens da formação escolar. Vinculados aos sujeitos, aos territórios e aos conflitos do cotidiano educativo, esses saberes tornam-se secundários diante das exigências padronizadas e prescritivas que orientam as reformas. Compreender o currículo como instância de disputa simbólica permite evidenciar os modos pelos quais discursos hegemônicos se afirmam por meio de normas que operam como consensos (LOPES; MACEDO, 2011). O apagamento da voz docente, nesse processo, não resulta de omissões explícitas, mas da ação de mecanismos discursivos que naturalizam ausências e reconfiguram sentidos sob a aparência de neutralidade.

Palavras-chave: Trabalho docente. Políticas educacionais. Silenciamento simbólico.

Referências

- BALL, Stephen J. Education policy and social class: the selected works of Stephen J. Ball. London: Routledge, 2006.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação, 2018.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 2, de 2024**. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 2024.
- BRASIL. **Lei nº 14.945, de 2024**. Redefine as diretrizes do Ensino Médio. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 2024.
- FAIRCLOUGH, Norman. Analysing discourse: textual analysis for social research. London: Routledge, 2003.
- FAIRCLOUGH, Norman. Discurso e mudança social. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.
- GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 2.
- LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. Teorias de currículo. Petrópolis: Vozes, 2011.